

## EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2022

### CONSELHO MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL DE JOÃO MONLEVADE FUNDAÇÃO

#### CASA DE CULTURA DE JOÃO MONLEVADE

#### SELEÇÃO DE PROJETOS DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, PARA FINS DE CONCESSÃO DE RECURSOS FINANCEIROS DO FUNDO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE JOÃO MONLEVADE ATRAVÉS DA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO COM A FUNDAÇÃO CASA DE CULTURA DE JOÃO MONLEVADE.

A Fundação Casa de Cultura de João Monlevade, através do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de João Monlevade, tornam de conhecimento público que, mediante o presente procedimento administrativo de CHAMAMENTO PÚBLICO, selecionará projetos de Organizações da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, regularmente constituídas, com sede ou instalações no Município de João Monlevade, para concessão de Recursos Financeiros do Fundo Municipal do Patrimônio Cultural, oriundos da arrecadação do ICMS CULTURAL, através de celebração de Termo de Colaboração com a Fundação Casa de Cultura de João Monlevade, com fulcro na Lei 13.019/2014 e do Decreto Municipal 112/2018.

#### 1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. A presente seleção rege-se pelos princípios e normas emanados pela:

1.1.1. Constituição da República Federativa do Brasil;

1.1.2. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

1.1.3. Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014;

1.1.4. Decreto Municipal nº 112, de 06 de dezembro de 2018;

1.1.5. Lei Municipal nº 1.622, de 06 de abril de 2005

1.1.6. Lei de criação do Fundo Municipal do Patrimônio Cultural nº 1.903, de 11 de novembro de 2010;

1.1.7. Lei que altera a Lei de criação do Fundo Municipal do Patrimônio Cultural (Lei nº 1.903), a Lei nº 20.156 de 15 de dezembro de 2015;

1.1.8. Resoluções do Conselho Municipal de Patrimônio de 05 de abril de 2022;

## 2. OBJETO

- 2.1.** Constitui objeto deste Edital de Chamamento Público a seleção de projetos na área cultural, apresentados por Organizações da Sociedade Civil, OSCs, sem fins lucrativos, regularmente constituídas, com sede ou instalações no Município de João Monlevade, com prioridade para as organizações inventariadas, tombadas ou registradas com reconhecimento pelo Instituto Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), para repasse de Recursos Financeiros do Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural de João Monlevade, objetivando a celebração de Termo de Colaboração com a Administração Pública Municipal, através da Fundação Casa de Cultura de João Monlevade.
- 2.2.** Os Termos de Colaboração serão celebrados considerando a missão institucional do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural.
- 2.3.** Os objetivos de que tratarão os Termos de Colaboração são relacionados às áreas de interesse definidas como: promoção da cultura, difusão de projetos desenvolvidos na área cultural e ampliação do acesso da população às manifestações culturais existentes no município de João Monlevade, reforma, adequação e manutenção das sedes, de forma que sua funcionalidade seja recuperada ou aprimorada, bem como reparos e manutenção de equipamentos dos grupos tradicionais, aquisição de equipamentos e instrumentos musicais.
- 2.4.** Os projetos deverão ser executados obrigatoriamente no âmbito do Município de João Monlevade, sob pena de rescisão da parceria.
- 2.5.** O número de Termos de Colaboração celebrados por meio desse edital será de até 09 (NOVE).
- 2.5.1. Diretriz 1: Apresentação de Corais – 2 projetos de até R\$ 10.000,00 cada**
- 2.5.1.1.** Realização de ações voltadas para a promoção de eventos públicos, como encontro de corais e afins, incluindo a participação de artistas e/ou outras entidades locais, de modo a propiciar a valorização dessa manifestação cultural em João Monlevade
- 2.5.1.2.** Participação em eventos em João Monlevade e em outros municípios, como encontro de corais e afins, de modo a difundir e divulgar a cultura da cidade, bem como o município de João Monlevade
- 2.5.1.3.** Desenvolvimento de ações públicas educativas que visem a promoção, o fortalecimento, a continuidade e a salvaguarda dos corais, bem como dessa manifestação cultural em João Monlevade
- 2.5.2. Diretriz 2 – Reforma em Sedes e aquisição/reforma de equipamentos para**

**corais – 1 projeto de até R\$ 10.000,00**

2.5.2.1. Manutenção, reforma, restauro, modernização e adequação de imóveis e instalações físicas;

2.5.2.2. Reparos, manutenção e aquisição de equipamentos e instrumentos musicais, incluindo aquisição de uniformes e outros materiais similares

**2.5.3. Diretriz 3: Apresentação de Corporações Musicais (bandas) – 1 projeto de até R\$ 10.000,00**

2.5.3.1. Realização de ações voltadas para a promoção de eventos, como encontro de bandas e afins, incluindo a participação de artistas e/ou outras entidades locais, de modo a propiciar a valorização dessa manifestação cultural em João Monlevade.

2.5.3.2. Participação em eventos em João Monlevade e em outros municípios, como encontro de bandas e afins, de modo a difundir e divulgar a cultura da cidade, bem como o município de João Monlevade.

2.5.3.3. Desenvolvimento de ações públicas educativas que visem a promoção, o fortalecimento, a continuidade e a salvaguarda das bandas, bem como dessa manifestação cultural em João Monlevade.

**2.5.4. Diretriz 4 – Reforma em Sedes e aquisição/reforma de equipamentos para Guardas de Congado e Marujada – 3 projetos de até R\$ 15.000,00**

2.5.4.1. Manutenção, reforma, restauro, modernização e adequação de imóveis e instalações físicas;

2.5.4.2. Reparos, manutenção e aquisição de equipamentos e instrumentos musicais, incluindo aquisição de uniformes e outros materiais similares

**2.5.5. Diretriz 5: Apresentações de Congado – 1 projeto de até R\$ 15.000,00 cada**

2.5.5.1 Realização de ações voltadas para a promoção de eventos, com apresentações públicas desta manifestação cultural, incluindo a participação de artistas e/ou outras entidades locais, de modo a propiciar a valorização dessa cultura em João Monlevade.

2.5.5.2 Participação em eventos em João Monlevade e em outros municípios, com apresentações públicas, de modo a difundir e divulgar a cultura da cidade, bem como o município de João Monlevade.

2.5.5.3 Desenvolvimento de ações públicas educativas que visem a promoção, o fortalecimento, a continuidade e a salvaguarda dessa manifestação cultural em João Monlevade.

**2.5.6 Diretriz 6: Apresentações de Capoeira – 1 projeto de até R\$ 10.000,00**

2.5.6.1 Realização de eventos públicos, com a participação de artistas locais, de modo a promover o entretenimento e propiciar a valorização dessa manifestação cultural em João Monlevade

2.5.6.2 Desenvolvimento de ações públicas educativas que visem a promoção, o fortalecimento, a continuidade e a salvaguarda dessa manifestação cultural em João Monlevade.

**3 OBJETIVOS**

**3.5 Objetivo geral:**

3.5.1 Apoiar a execução de projetos de Organizações da Sociedade Civil direcionados à promoção da cultura e difusão de manifestações culturais tradicionais na cidade que estejam em conformidade com ao menos uma das diretrizes e ações prioritárias constantes no item 2 deste edital (Do Objeto).

**3.6 Objetivos específicos:**

**3.6.1** Selecionar projetos das Organizações da Sociedade Civil para fins de repasse de Recursos Financeiros do Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural de João Monlevade.

**3.6.2** Celebrar Termo de Colaboração entre a Administração Pública Municipal e as Organizações da Sociedade Civil para a execução de projetos culturais no âmbito do município de João Monlevade, selecionados através deste Chamamento Público, desde que cumpridos os requisitos previstos neste Edital, visando realizar os objetivos de política cultural estabelecidos na Resolução nº 05, de 13 de agosto de 2019.

**4 REQUISITOS E IMPEDIMENTOS PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO**

4.5 Para a celebração do Termo de Colaboração, a OSC deverá atender aos seguintes requisitos:

4.5.1 Ter objetivos estatutários ou regimentais voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como compatíveis com o objeto do instrumento a ser pactuado (art. 33, caput, inciso I, e art. 35, caput, inciso III, da Lei nº 13.019, de 2014);

- 4.5.2 Ser regida por normas de organização interna que prevejam expressamente que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019, de 2014, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta (art. 33, caput, inciso III, Lei nº 13.019, de 2014);
- 4.5.3 Ser regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente, escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (art. 33, caput, inciso IV, Lei nº 13.019, de 2014);
- 4.5.4 Possuir, no momento da apresentação do plano de trabalho, **no mínimo 01 (um) ano de existência**, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ (art. 33, caput, inciso V, alínea “a”, da Lei nº 13.019, de 2014);
- 4.5.5 Possuir experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, **pelo prazo mínimo de 1 (um) ano**, a ser comprovada no momento da apresentação do plano de trabalho e na forma do art. 33, caput, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 13.019, de 2014;
- 4.5.6 Possuir instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas ou, alternativamente, prever a sua contratação a ser atestado mediante declaração do representante legal da OSC, conforme **Anexo VI** – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais (art. 33, caput, inciso V, alínea “c” e §5º, da Lei nº 13.019, de 2014).
- 4.5.7 Deter capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.
- 4.5.7.1 Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a contratação de profissionais. (art. 33, caput, inciso V, alínea “c” e §5º, da Lei nº 13.019, de 2014);
- 4.5.8 Apresentar certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições, de dívida ativa e trabalhista;
- 4.5.9 Apresentar certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e eventuais alterações;
- 4.5.10 Apresentar cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, bem como relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, conforme estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico (se houver), número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF de cada um deles, conforme **Anexo VII**;

4.5.11 Comprovar que funciona no endereço declarado pela entidade, por meio de cópia de documento hábil, a exemplo de conta de consumo ou contrato de locação (art. 34, caput, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014);

4.6 Ficará impedida de celebrar o Termo de Colaboração a OSC que:

4.6.1 Não esteja regularmente constituída;

4.6.2 Esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

4.6.3 Tenha, em seu quadro de dirigentes, membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

4.6.3.1 Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas;

4.6.4 Tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados, ou for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição, ou, ainda, a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

4.6.5 Tenha sido punida, pelo período que durar a penalidade, com suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, com a sanção prevista no inciso II do art. 73 da lei nº 13.019, de 2014, ou com a sanção prevista no inciso III do art. 73 da lei nº 13.019, de 2014;

4.6.6 Tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos.

4.6.7 Tenha entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; que tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou que tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

## 5

### **DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.5 Os recursos financeiros a serem destinados para a execução dos projetos que vierem a ser selecionados ficam exclusivamente condicionados aos recursos depositados no Fundo Municipal de proteção ao Patrimônio Cultural de João Monlevade.

- 5.6 Para este Chamamento Público serão destinados recursos financeiros no montante estimado de R\$110.000,00 (cento e cinco mil mil reais), sendo limitado o valor máximo para cada projeto limitado pelas diretrizes do Item 2.5, variando entre R\$10.000,00 (dez mil reais) e R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).
- 5.7 O valor total do recurso será repassado em parcela única nos termos do Plano de Trabalho e do Termo de colaboração de acordo com o cronograma de desembolso, respeitada a vigência da parceria e os pressupostos legais, além de estar condicionado à avaliação positiva pelo órgão da administração pública, quanto à execução do projeto/atividade, à manutenção da habilitação jurídica e à regular prestação de contas.
- 5.8 As despesas decorrentes da execução do objeto serão acobertadas pela seguinte dotação orçamentária: Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural 03003003.1339113032.133 – 335043 – Ficha 025.

6

#### **DOS PRAZOS RELATIVOS ÀS FASES DO CHAMAMENTO PÚBLICO**

<b>ETAPA</b>	<b>DESCRIÇÃO DA ETAPA</b>	<b>DATAS</b>
<b>01</b>	Publicação do Edital de Chamamento Público.	<b>06/06/2022</b>
<b>02</b>	Impugnação Edital	<b>06/06/2022 a 09/06/2022</b>
<b>03</b>	Envio das propostas pelas OSCs.	<b>10/06/2022 a 19/06/2022</b>
<b>04</b>	Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção	<b>20/06/2022 a 24/06/2022</b>
<b>05</b>	Divulgação do resultado preliminar.	<b>27/06/2022</b>
<b>06</b>	Interposição de recursos contra o resultado preliminar.	<b>28/06/2022 a 30/06/2022</b>
<b>07</b>	Análise dos recursos pela Comissão de Seleção do CMPC	<b>01/07/2022 a 04/07/2022</b>
<b>08</b>	Publicação das decisões recursais e resultado final da etapa competitiva (se houver).	<b>05/07/2022</b>
<b>09</b>	Deliberação/Homologação do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural sobre o resultado da Fase de Seleção	<b>06/07/2022</b>
<b>10</b>	Publicação Deliberação CMPC resultado final Fase de Seleção Chamamento Público Nº 02/2022	<b>07/07/2022</b>

Conforme exposto adiante, a verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração da parceria (artigos 33 e 34 da Lei nº 13.019, de 2014) e a não ocorrência de impedimento para a celebração da parceria (art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014) será realizado posteriormente à etapa competitiva de julgamento das propostas, sendo exigível apenas da(s) OSC(s) selecionada(s) (mais bem classificada/s), nos termos do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014.

### 6.1 Etapa 3: Envio das propostas pelas OSCs

6.1.1 As Organizações da Sociedade Civil deverão protocolar, ENVELOPE LACRADO CONTENDO O PROJETO na Casa de Cultura de João Monlevade, situado na Rua Timóteo, nº 172 – Bairro Nossa Senhora da Conceição – João Monlevade/MG, CEP: 35.930-039, no período de **10 a 19 de junho de 2022**, conforme disposto no artigo 10, § 2º do Decreto Municipal 112/2018, em envelope lacrado, no horário de 08h00min às 10h30min e de 13h30min às 16h30min, contendo em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

<b>CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2022</b> <b>CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE JOÃO MONLEVADE</b> <b>FUNDAÇÃO CASA DE CULTURA DE JOÃO MONLEVADE</b>	
Organização da Sociedade Civil:	
CNPJ:	TELEFONE:
ENDEREÇO DA OSC:	

6.1.2 Após o prazo limite para apresentação das propostas, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícita e formalmente solicitados pela administração pública Municipal.

6.1.3 Os Projetos deverão ser formatados, obrigatoriamente, de acordo com o **Anexo IV** deste Edital.

6.1.4 Os projetos que não referendarem uma das diretrizes constantes no **Anexo III** não serão submetidos para análise bem como os itens da seção 2 – Objeto.

6.1.5 Cada OSC poderá apresentar apenas uma proposta para concorrer em cada diretriz.

### 6.2 Etapa 4: Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção.



6.2.1 Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a Comissão de Seleção do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de João Monlevade analisará as propostas apresentadas pelas OSCs concorrentes.

6.2.1.1 A análise e julgamento de cada proposta serão realizados pela Comissão de Seleção do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de João Monlevade, que terá total independência técnica para exercer seu julgamento.

6.2.2 A avaliação individualizada e a pontuação serão feitas com base nos critérios de julgamento apresentados no quadro a seguir:

**Tabela Pontuação**

<b>CRITÉRIOS</b>	<b>ELEMENTOS DE AVALIAÇÃO</b>	<b>PONTOS</b>
<b>Coerência</b>	O projeto deve estar de acordo com indicadores sociais que justifiquem a metodologia proposta para sua execução. Deverá agregar informações de diagnósticos e pesquisas que efetivamente retratem a realidade em que o projeto vai atuar. Será avaliado se a entidade descreveu a realidade do território de atuação da entidade e a situação na qual o projeto pretende intervir, e se o projeto demonstra o <b>nexo entre essa realidade e as metas a serem alcançadas</b> . Será avaliada ainda a relação entre o projeto proposto e o programa/regime de atendimento inscrito pela Organização da Sociedade Civil no Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de João Monlevade e a sua sintonia com pelo menos 01 (uma) das diretrizes e ações prioritárias constantes no item 2 deste edital, e Anexo III, conforme indicação da Organização da Sociedade Civil proponente.	<b><u>Até 40</u></b>
<b>Metodologia</b>	Abordagem participativa, considerando a forma como a Organização da Sociedade Civil pretende executar o projeto proposto, de forma a contribuir para a promoção e fomento à cultura.	<b><u>Até 20</u></b>
<b>Atuação Intersetorial</b>	Mecanismos para que o projeto interaja e se articule com outros setores e áreas da sociedade, como a educacional e social, dentre outras.	<b><u>Até 20</u></b>
<b>Impacto Cultural</b>	Estratégias para penetração em segmentos diversos da sociedade, de forma a promover a difusão da cultura, buscando ampliação do conhecimento e valorização das manifestações culturais.	<b><u>Até 10</u></b>
<b>Experiência da Instituição</b>	Capacidade técnico-operacional da instituição proponente, por meio de experiência comprovada no portfólio de realizações na gestão de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante.	<b><u>Até 10</u></b>
A pontuação total será de <b>0 a 100 (zero a cem)</b> e <b>serão eliminados</b> os projetos com nota inferior a <b>60 (sessenta)</b> pontos.		

6.2.3 A falsidade de informações nas propostas deverá acarretar a eliminação da proposta, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanção administrativa contra a instituição proponente e comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.

6.2.4 O proponente deverá descrever minuciosamente as experiências relativas ao critério de julgamento **Experiência da Instituição**, informando as atividades ou projetos desenvolvidos, sua duração, financiador(es), local ou abrangência, beneficiários, resultados alcançados, dentre outras informações que julgar relevantes.

6.2.4.1 A comprovação documental de tais experiências dar-se-á nas Etapas 1 a 3 da fase de celebração, sendo que qualquer falsidade ou fraude na descrição das experiências ensejará as providências indicadas no subitem anterior.

6.2.5 Serão eliminadas aquelas propostas:

6.2.5.1 Cujas pontuação total for inferior a 60 (sessenta) pontos;

6.2.5.2 Que recebam nota “zero” em qualquer critério de julgamento;

6.2.5.3 Que não contenham as informações exigidas no modelo de projeto contido no **Anexo IV**.

6.2.5.4 Que estejam em desacordo com o Edital;

6.2.5.5 Cujos valores globais estiverem acima do teto previsto no Edital.

6.2.6 As propostas não eliminadas serão classificadas, em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base na Tabela 2, assim considerada a média aritmética das notas lançadas por cada um dos membros da Comissão de Seleção do CMPC, em relação a cada um dos critérios de julgamento.

6.2.7 No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento: **Coerência**. Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de julgamento na ordem constante na Tabela 2.

6.2.8 Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a entidade com mais tempo de constituição e, em último caso, a questão será decidida por sorteio.

### 6.3 Etapa 5: Divulgação do resultado preliminar.

6.3.1 A Fundação Casa de Cultura de João Monlevade divulgará o resultado preliminar do processo de seleção na página do site oficial do Município, no Diário Oficial do Município.

6.3.2 A partir da divulgação inicia-se o prazo recursal em face das decisões da Comissão de Seleção do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural.

#### **6.4 Etapa 5: Interposição de recursos contra o resultado preliminar.**

6.4.1 Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.

6.4.2 Os recursos deverão ser apresentados perante a Comissão de Seleção na Fundação Casa de Cultura de João Monlevade, no endereço: Rua Timóteo, nº 172 – Bairro Nossa Senhora da Conceição – João Monlevade/MG, CEP: 35.930-039.

6.4.3 É assegurado aos participantes obter cópia dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses.

#### **6.5 Etapa 6: Análise dos recursos pela Comissão de Seleção.**

6.5.1 Havendo recursos, a Comissão de Seleção os analisará.

6.5.2 Recebido o recurso, a Comissão de Seleção poderá reconsiderar sua decisão.

6.5.3 O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.5.4 A decisão sobre os recursos interpostos será publicada, no prazo estabelecido, no site oficial do Município, no Diário oficial do Município e redes sociais da Fundação Casa de Cultura.

#### **6.6 Etapa 7: Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver).**

6.6.1 Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo sem interposição de recurso, o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de João Monlevade, em reunião extraordinária deliberará sobre o resultado final da classificação dos projetos, para fins de homologação e divulgação, no site eletrônico oficial do município e no Diário Oficial Municipal.

6.6.2 A homologação não gera direito para a OSC à celebração da parceria (art. 27, §6º, da Lei nº 13.019, de 2014).

6.6.3 Após o recebimento e julgamento das propostas, havendo entidades com propostas classificadas (não eliminadas), e desde que atendidas as exigências deste Edital, a Administração Pública poderá dar prosseguimento ao processo de seleção e convocá-las para iniciar o processo de celebração.

## 7. DA FORMALIZAÇÃO DA PARCERIA

7.1 Homologado o chamamento e aprovado o Plano de Trabalho, o proponente selecionado será convocado para assinar o Termo de Colaboração, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à parceria, sem prejuízo das sanções previstas neste edital;

7.2 Caso o proponente não assine o Termo no prazo estabelecido no subitem anterior, é prerrogativa da Fundação Casa de Cultura convocar o próximo classificado ou decidir fazer novo processo de chamamento público;

7.3 O Termo de colaboração será firmado pelo prazo de 12 meses, podendo ser prorrogado de acordo com a conveniência e disponibilidade orçamentária da Administração Pública e legislação vigente.

7

### DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As liberações de recursos obedecerão ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas da parceria, observado o disposto no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014.

8.2 Nas contratações e na realização de despesas e pagamentos em geral efetuados com recursos da parceria, a OSC deverá observar o instrumento de parceria e a legislação regente, em especial o disposto nos incisos XIX e XX do art. 42, nos arts. 45 e 46 da Lei nº 13.019, de 2014.

8.3 É recomendável a leitura integral dessa legislação, não podendo a OSC ou seu dirigente alegar, futuramente, que não a conhece, seja para deixar de cumpri-la, seja para evitar as sanções cabíveis.

8.4 Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, sendo admitidas, dentre outras despesas previstas e aprovadas no plano de trabalho (art. 46 da Lei nº 13.019, de 2014):

8.4.1 Remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

8.4.2 Diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a

execução do objeto da parceria assim o exija;

- 8.4.3 Custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria (aluguel, telefone, assessoria jurídica, contador, água, energia, dentre outros);
- 8.4.4 Aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.
- 8.5 É vedado remunerar, a qualquer título, com recursos vinculados à parceria, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.
- 8.6 Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014.
- 8.7 O instrumento de parceria será celebrado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitado o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativas. A seleção de propostas não obriga a administração pública a firmar o instrumento de parceria com quaisquer dos proponentes, os quais não têm direito subjetivo ao repasse financeiro.
- 8.8 Será facultado à Comissão de Seleção do Chamamento Público, promover, diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do presente Chamamento Público e a aferição dos critérios de habilitação de cada proponente, bem como solicitar aos órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar suas decisões.
- 8.9 A Fundação Casa de Cultura de João Monlevade poderá revogar o presente Edital de Chamamento Público, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, ou por fato superveniente, devidamente justificado, ou anulá-lo, em caso de ilegalidade.
- 8.10 A revogação ou anulação do presente Chamamento Público não gera direito à indenização às organizações da sociedade civil participantes.
- 8.11 Encerrada a etapa eliminatória, encerrado o processo de habilitação, as Organizações da Sociedade Civil estarão aptas para firmar parceria com a Fundação Casa de Cultura de João Monlevade.
- 8.12 A habilitação plena da Organização da Sociedade Civil proponente não implica relação de obrigatoriedade para formalização da parceria. A não formalização deverá ser justificada por razões relevantes de interesse

público.

- 8.13 Para a formalização da parceria, a Organização da Sociedade Civil proponente deverá comprovar estar com registro e inscrição de programa(s) em vigor, regular e atualizado perante o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de João Monlevade.
- 8.14 Os Termos de Colaboração que vierem a ser assinados serão publicados, por extrato, no Diário Oficial do Município de João Monlevade.
- 8.15 Na aplicação dos recursos públicos serão sempre observados os princípios de moralidade, publicidade, legalidade, impessoalidade e eficiência.
- 8.16 Constituem motivos para rescisão ou denúncia dos instrumentos jurídicos a serem firmados o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na Lei Federal nº 13.019/2014 e no Decreto Municipal nº 112/2018, quando tratar-se de parcerias.
- 8.17 As questões não previstas neste Edital e acaso questionadas serão decididas pela Comissão de Seleção e serão submetidas para análise da Procuradoria Geral do Município.

9

## **DOS ANEXOS**

- 9.1 Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante:
- 9.1.1 Anexo I - Declaração de Ciência e Concordância;
  - 9.1.2 Anexo II - Declaração de não Remuneração
  - 9.1.3 Anexo III - Diretrizes para elaboração da Proposta e Plano de Trabalho;
  - 9.1.4 Anexo IV - Modelo de Proposta do Projeto;
  - 9.1.5 Anexo V - Modelo de Plano de Trabalho;
  - 9.1.6 Anexo VI - Declaração sobre Capacidade Técnica Operacional;
  - 9.1.7 Anexo VII - Relação dos dirigentes da entidade;
  - 9.1.8 Anexo VIII - Declaração da não ocorrência de impedimentos;
  - 9.1.9 Anexo IX - Minuta do Termo de Colaboração;

**João Monlevade, 03 de junho de 2022.**



**NADJA LÍRIO FURTADO**  
**Diretora-Presidente Fundação Casa de Cultura de João Monlevade**  
**Presidente do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural**

**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2022**  
**CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE JOÃO MONLEVADE**  
**FUNDAÇÃO CASA DE CULTURA DE JOÃO MONLEVADE**

**ANEXO I**

**DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

Pela presente declaramos, para todos os fins de direito, que verificamos atentamente e compreendemos todas as condições e disposições contidas no edital do procedimento de Chamamento Público nº 02/2022 e seus Anexos, do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de João Monlevade e da Fundação Casa de Cultura de João Monlevade, razão pela qual manifestamos nossa total e irrestrita concordância com as mesmas. Na oportunidade declaramos estar cientes que a apresentação do Projeto implica na aceitação de todos os termos do Edital de Chamamento Público nº 02/2022 e seus Anexos.

Por ser verdade, firmamos a presente Declaração.

João Monlevade/MG, de \_\_\_\_\_, de 2022.

\_\_\_\_\_  
*Representante Legal/Entidade*

*(assinatura do representante legal com firma reconhecida)*



**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2022**  
**CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE JOÃO MONLEVADE**  
**FUNDAÇÃO CASA DE CULTURA DE JOÃO MONLEVADE**

**ANEXO II**  
**DECLARAÇÃO DE VEDAÇÃO DE REMUNERAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, portador da carteira de identidade n.º \_\_\_\_\_ expedida pela \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o n.º \_\_\_\_\_, na qualidade de representante legal da \_\_\_\_\_, **Organização da Sociedade Civil inscrita no CNPJ sob o nº: \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, João Monlevade/MG – CEP: 35.930-\_\_\_**, declaro que não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados:

- a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou de entidade da Administração Pública Municipal;
- b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública municipal celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; e
- c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a Administração Pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou de ocultação de bens, dinheiro e valores.

A presente declaração é feita sob as penas da Lei, assumindo a declarante toda e qualquer responsabilidade, seja na esfera penal, civil ou administrativa, em caso de sua falsidade.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

João Monlevade, de.....de 2022.

.....

## ANEXO III

### DIRETRIZES E AÇÕES PRIORITÁRIAS

- **Diretriz 1:** Apresentação de Corais – 2 projetos de R\$ 10.000,00 cada
  - Realização de ações voltadas para a promoção de eventos públicos, como encontro de corais e afins, incluindo a participação de artistas e/ou outras entidades locais, de modo a propiciar a valorização dessa manifestação cultural em João Monlevade
  - Participação em eventos em João Monlevade e em outros municípios, como encontro de corais e afins, de modo a difundir e divulgar a cultura da cidade, bem como o município de João Monlevade
  - Desenvolvimento de ações públicas educativas que visem a promoção, o fortalecimento, a continuidade e a salvaguarda dos corais, bem como dessa manifestação cultural em João Monlevade
  
- **Diretriz 2:** Reforma em Sedes e aquisição/reforma de equipamentos para corais – 1 projeto de R\$ 15.000,00
  - Manutenção, reforma, restauro, modernização e adequação de imóveis e instalações físicas;
  - Reparos, manutenção e aquisição de equipamentos e instrumentos musicais, incluindo aquisição de uniformes e outros materiais similares
  
- **Diretriz 3:** Apresentação de Corporações Musicais (bandas) – 1 projeto de R\$ 10.000,00
  - Realização de ações voltadas para a promoção de eventos, como encontro de bandas e afins, incluindo a participação de artistas e/ou outras entidades locais, de modo a propiciar a valorização dessa manifestação cultural em João Monlevade.
  - Participação em eventos em João Monlevade e em outros municípios, como encontro de bandas e afins, de modo a difundir e divulgar a cultura da cidade, bem como o município de João Monlevade.
  - Desenvolvimento de ações públicas educativas que visem a promoção, o fortalecimento, a continuidade e a salvaguarda das bandas, bem como dessa manifestação cultural em João Monlevade.
  
- **Diretriz 4:** Reforma em Sedes e aquisição/reforma de equipamentos para Guardas de Congado e Marujada – 3 projetos de R\$ 15.000,00

- Manutenção, reforma, restauro, modernização e adequação de imóveis e instalações físicas;
- Reparos, manutenção e aquisição de equipamentos e instrumentos musicais, incluindo aquisição de uniformes e outros materiais similares
- **Diretriz 5:** Apresentações de Congado – 1 projeto de R\$ 15.000,00 cada
  - Realização de ações voltadas para a promoção de eventos, com apresentações públicas desta manifestação cultural, incluindo a participação de artistas e/ou outras entidades locais, de modo a propiciar a valorização dessa cultura em João Monlevade.
  - Participação em eventos em João Monlevade e em outros municípios, com apresentações públicas, de modo a difundir e divulgar a cultura da cidade, bem como o município de João Monlevade.
  - Desenvolvimento de ações públicas educativas que visem a promoção, o fortalecimento, a continuidade e a salvaguarda dessa manifestação cultural em João Monlevade.
- **Diretriz 6:** Apresentações de Capoeira – 1 projeto de R\$ 10.000,00
  - Realização de eventos públicos, com a participação de artistas locais, de modo a promover o entretenimento e propiciar a valorização dessa manifestação cultural em João Monlevade
  - Desenvolvimento de ações públicas educativas que visem a promoção, o fortalecimento, a continuidade e a salvaguarda dessa manifestação cultural em João Monlevade.

## ANEXO IV

### Modelo de Projeto

<b>Papel timbrado do proponente</b>				
<b>PROJETO DESCRITIVO</b>				
<b>1 - DADOS CADASTRAIS DO PROPONENTE</b>				
<b>Proponente:</b>			<b>CNPJ:</b>	
<b>Inscrição Municipal:</b>				
<b>Programa/Regime:</b>			<b>Validade:</b> ____ / ____ / ____	
<b>Endereço:</b>				
<b>Cidade:</b>	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>	<b>DDD/Telefone:</b> ( )	<b>E-mail:</b>
<b>Nome do representante legal do proponente:</b>				
<b>CPF:</b>	<b>RG:</b>	<b>Cargo/Função:</b>	<b>DDD/Telefone:</b> ( )	
<b>Endereço Residencial do representante legal:</b>				
<b>Período de Mandato da Diretoria:</b>				
<b>2 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO</b>				
<b>2.1 - Título do Projeto</b>			<b>2.2 - Prazo de Execução</b>	
<i>Nome do projeto.</i>				
<b>2.3. Diretriz(es) /Ação(ões) prioritária(s):</b>				
<p><i>O proponente deverá indicar ao menos 01 (uma) das diretrizes e ações constantes no item 2 deste edital (Do Objeto). Obs.: O projeto deverá ter consonância com as diretrizes e ações indicadas pelo proponente.</i></p>				
<b>2.4 – Descrição da realidade</b>				

Neste item deve-se descrever a realidade da área de atuação da OSC e a situação na qual o projeto pretende intervir e atuar. Deve ser demonstrado ainda o **nexo entre essa realidade e a metas a serem alcançadas**.

## 2.5 - Justificativa do Projeto

A justificativa consiste em uma exposição sucinta, porém completa, das razões e motivos de ordem teórica e prática que tornam importante a realização do projeto.

## 3 - OBJETIVOS DO PROJETO

**3.1 - Objetivo Geral:** É a indicação daquilo que se pretende alcançar com o projeto proposto. Deve estar diretamente relacionado à linha de atuação e demonstrar o resultado que se pretende alcançar com sua realização.

**3.2 - Objetivos Específicos :** Os objetivos específicos são as etapas fundamentais para se alcançar o objetivo geral. Devem ser capazes de demonstrar as estratégias que serão utilizadas pelo projeto. Devem ser **exequíveis, hierarquizados e mensuráveis**.

**Importante:** O número de objetivos específicos deve ser o necessário para atingir o objetivo geral. Um objetivo específico pode ensejar várias atividades e ações, para que seja atingido.

Os objetivos específicos deverão responder: “o que?”, “quando?” e “quanto?”, iniciando a frase com os seguintes verbos: capacitar, implantar, implementar, elaborar, disponibilizar, incorporar, desenvolver, qualificar, expandir, coordenar, estruturar, habilitar, propiciar, dentre outros.

Devem também ser:

- \* Mensuráveis (para permitir o acompanhamento e a avaliação);
- \* Apropriados (vinculados ao objetivo geral);
- \* Determinados no tempo (tendo um prazo para sua realização);
- \* Claros (para evitar interpretações diversas);
- \* Realistas (espelhando a realidade).

## 4 - PÚBLICO ALVO

Descrever e quantificar o público que será diretamente e indiretamente atendido pelo projeto.

#### 5 - ÁREA DE ABRANGÊNCIA

Descrever a área de atuação do projeto. (Onde será realizado? Em quais bairros e regiões de João Monlevade?).

#### 6 - METAS E INDICADORES

As **METAS** levam ao alcance dos objetivos propostos. Elas têm de estar relacionadas a cada objetivo específico estabelecido para o projeto e ser: **mensuráveis** (refletir a quantidade a ser atingida), **específicas** (não genéricas), **temporais** (indicar prazo para a sua realização), **alcançáveis** (serem factíveis, realizáveis), **significativas** (importantes para o alcance dos resultados esperados e para resolver ou minimizar o problema descrito na **justificativa**).

#### 7 - METODOLOGIA / ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Descrever as formas e técnicas que serão utilizadas para executar as atividades previstas, devendo explicar passo a passo a realização de cada atividade. Deve-se descrever como o projeto será desenvolvido (ações, atividades previstas, meios de realização) e detalhar como as diferentes etapas serão implementadas e qual a inter-relação entre as mesmas. Havendo outros parceiros envolvidos diretamente na realização do projeto deve-se explicitar sucintamente como ocorrerá a participação de cada um.

É importante mencionar as metodologias que serão empregadas com citação dos autores de referência.

#### 8 - ATIVIDADES E CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

(Informar quais são as atividades integrantes de cada etapa, indicando o período previsto para início e término da realização. Se for necessário, acrescentar mais linhas para etapas e atividades.) OBS.: Não inserir data, pois a execução dependerá da data do repasse dos recursos financeiros do FMPPC/JM.

Etapa	Atividades	Início	Término
Etapa 1	Atividade1.1	1º mês...	
	Atividade1.2		
Etapa 2	Atividade2.1		
	Atividade2.2		
Etapa 3	Atividade3.1		

Atividade 3.2			
<b>9 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO</b>			
<p>O monitoramento e a avaliação descrevem a maneira como a OSC pretende acompanhar o desenvolvimento do projeto, o alcance dos objetivos, dos resultados, a execução das atividades no tempo planejado, os recursos previstos, os impactos do projeto, enfim, todo o processo de implantação do projeto.</p> <p>Os resultados do monitoramento e da avaliação sinalizam se o projeto está no rumo planejado ou se requer alguma adaptação, ajuste ou melhoria. OBSERVAR AS INFORMAÇÕES DESCRITAS NO ITEM 6.</p>			
<b>10 - PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS</b>			
10.1 - Valor total do projeto: (Informar o valor por natureza do recurso em R\$)			
<b>Natureza do recurso</b>	<b>Custeio (R\$)</b>	<b>Investimento(R\$)</b>	<b>Total (R\$)</b>
*Solicitado (recurso a ser disponibilizado pelo FMPPC/JM)			
**Contrapartida (recurso a ser disponibilizado pela OSC – em caso de o valor do Projeto apresentado ultrapassar o valor da Diretriz escolhida)			
<b>Total Geral</b>			
<b>Descrição da contrapartida:</b>			
<p>*A utilização do recurso financeiro deverá obedecer ao disposto na legislação pertinente ao assunto.</p> <p>**Em caso de contrapartida em que o recurso <b>não será financeiro</b>, ou seja, auferido através de bens, serviços e despesas complementares, a mesma deverá ser mensurável e comprovada discriminadamente na prestação de contas.</p>			
<p><b>10.2</b> - Detalhamento da Despesa (descrição precisa e clara dos itens de forma que possam caracterizar o objeto em questão, a serem custeados com recurso do FMPPC/JM; discriminá-los em “despesas de custeio”(materiais de consumo, Recursos Humanos...) e “Investimento” (materiais e equipamentos permanentes), ambos comprovados através de apenas 01 (um) ORÇAMENTO. O orçamento deverá ser apresentado por item ou grupo de itens totalizando o montante solicitado ao Fundo , devendo ter data máxima a 45 (quarenta e cinco) dias anteriores à data de protocolo do projeto descritivo no CMPC/JM. O(s) orçamento(s) deverá(ão) ser anexado (os) ao projeto descritivo).</p>			

Itens de despesa		Valor Total (\$)
Quant.	Custeio	
	Investimento	
Total Geral (solicitado ao FMPPC/JM)		

João Monlevade, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_

Assinatura do Representante legal da Organização da Sociedade Civil



CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2022  
CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE JOÃO MONLEVADE  
FUNDAÇÃO CASA DE CULTURA DE JOÃO MONLEVADE

ANEXO V

MODELO DE PLANO DE TRABALHO

**PLANO DE TRABALHO – 2022**  
**PROJETO: (Nome do projeto)**  
**Chamamento Público nº 02/2022 –**  
**Lei 13.019/2014**

1. CADASTRAIS DA OSC:

ÓRGÃO/OSC PROPONENTE:		CNPJ: XXXXXXXXX	
NOME DA OSC IDÊNTICO AO CARTÃO CNPJ			
ENDEREÇO: Rua XXXXXX, nº. XXXXX, Bairro XXXXXXXXXXXXX			
CIDADE: JOÃO MONLEVADE	U.F: MG	CEP: XXXXXX	DDD/TELEFONE: (31)XXXXXXX
			E-MAIL: XXXXXXXXX
			SITE: XXXXXX
NOME DO PRESIDENTE: XXXXXXXXXX		CPF: XXXXXXXXXXXXX	
		C.I./ÓRGÃO EXPEDIDOR: XXXXXXXX	
ENDEREÇO: Rua XXXXXXXXXXXX, nº. XXX, Bairro XXXXXXXXXXXX			
CIDADE: JOÃO MONLEVADE	U.F: MG	CEP: XXXXX	DDD/TELEFONE:XXXXXXXXXX
			E-MAIL: XXXXXXXXXXXXX
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: <b>Lei Federal 13.019/2014 e Decreto Municipal 112/2018</b>			

2. OBJETIVO GERAL:

Especificar qual é o objetivo geral da parceria

**3. PÚBLICO ALVO:**

Especificar o público que será atendido pelo projeto.

**4. JUSTIFICATIVA E DIAGNÓSTICO DA REALIDADE:**

Justificar a importância e relevância do projeto e conceituar de acordo com a realidade da sociedade.

**5. TEMPO DE EXPERIÊNCIA DA OSC NA REALIZAÇÃO DA ATIVIDADE DESCRITA NO PLANO DE TRABALHO:**

DATA DE CRIAÇÃO: XX/XX/XXXX

TEMPO DE EXPERIÊNCIA: XX (\_\_\_\_) anos

**6. OBJETIVO E RESULTADOS ESPERADOS:**

Descrever detalhadamente qual é o objetivo e quais resultados se espera alcançar após implementação do projeto.

**7. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

Descrever em forma de tópicos quais objetivos específicos para alcançar o objetivo geral da parceria.

-  
-

**8. DESCRIÇÃO DE METAS A SEREM ATINGIDAS E DE ATIVIDADES OU PROJETOS A SEREM EXECUTADOS:**  
**OBS: descrever neste quadro o que será custeado com o recurso da parceria, conforme exemplos abaixo:**

META/OBJETIVO	MEIOS DE REALIZAÇÃO	PRAZO ESTIMADO DE EXECUÇÃO
<p>Realizar a instalação de ornamentação e iluminação natalina na <b>Praça xxxxxxx</b>, com montagem de presépio, árvore de natal, portal de luzes, e a iluminação pontual das árvores localizadas na mesma.</p>	<p>- Aquisição de todo material para decoração - Contratação de serviços de terceiros para montagem....etc... - - -</p>	<p>Novembro e dezembro/2021</p>
<p>Realizar a instalação de ornamentação e iluminação natalina na <b>Praça da xxxxxxx</b>, com montagem de presépio, árvore de natal, portal de luzes, e a iluminação pontual das árvores localizadas na mesma.</p>	<p>- Aquisição de todo material para decoração - Contratação de serviços de terceiros para montagem....etc... - - -</p>	<p>Novembro e dezembro/2021</p>

**9. DEFINIÇÃO DOS PARÂMETROS A SEREM UTILIZADOS PARA A AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS:**

**OBS: repetir a primeira coluna do item anterior**

META/OBJETIVO	NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS	PARÂMETROS A SEREM UTILIZADOS PARA A AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS
<p>Realizar a instalação de ornamentação e iluminação natalina na <b>Praça xxxxxxx</b>, com montagem de presépio, árvore de natal, portal de luzes, e a iluminação pontual das árvores localizadas na mesma.</p>	<p>Inserir o número estimado de pessoas que serão atendidas com a execução da meta</p>	<p>-Cópia do contrato de prestação de serviço; -Pesquisa de preço: mínimo de 03 orçamentos; -Nota fiscal eletrônica; -Comprovante de pagamento por meio de transferência eletrônica; -Comprovante guia GPS e/ou INSS; -Relatório fotográfico. - - -</p>
<p>Realizar a instalação de ornamentação e iluminação natalina na <b>Praça da xxxxxxx</b>, com montagem de presépio, árvore de natal, portal de luzes, e a iluminação pontual das árvores localizadas na mesma.</p>	<p>Inserir o número estimado de pessoas que serão atendidas com a execução da meta</p>	<p>-Cópia do contrato de prestação de serviço; -Pesquisa de preço: mínimo de 03 orçamentos; -Nota fiscal eletrônica; -Comprovante de pagamento por meio de transferência eletrônica; -Comprovante guia GPS e/ou INSS; -Relatório fotográfico. - - -</p>

**10. DADOS HISTÓRICOS E TÉCNICOS DA INSTITUIÇÃO:**

**10.1. OBJETIVOS DA INSTITUIÇÃO:**

Descrever os objetivos da instituição.

**10.2. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO:**

Descrever como surgiu a instituição.

**10.3. PERFIL DO PÚBLICO ATENDIDO:**

Origem do público alvo da instituição.

**10.4. DEMANDA DA COMUNIDADE:**

Descrever qual é a demanda

**14. ESTIMATIVA E DETALHAMENTO DAS DESPESAS:**

**11. PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS:**

**11.1. PRAZO DA PARCERIA:** \_\_\_\_\_ meses

**11.2. VALOR TOTAL DA PARCERIA:** R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ )

**11.3. NATUREZA DA DESPESA:**

Inserir conforme metas do objeto de parceria. Verificar itens 8 e 9. Retirar as que não se enquadram no objeto,

**EXEMPLOS**

- 11.3.1. remuneração de pessoal e encargos;
- 11.3.2. aquisição de materiais para pequenos reparos/manutenções;
- 11.3.3. pagamentos de serviços de terceiros;
- 11.3.4. transporte;
- 11.3.5. pagamento de contas de água/luz/telefone e internet;
- 11.3.6. manutenção de equipamentos;
- 11.3.7. aquisição de gêneros alimentícios;
- 11.3.8. outras despesas (previamente aprovadas pelo conselho responsável, se for o caso);

**12. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:**

Parcela Única OU xx Parcelas

R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ )

**13. INFORMAÇÃO DA CONTA BANCÁRIA (deve ser exclusiva para esta parceria e será aberta após assinatura do Termo de Colaboração):**

**13.1. BANCO:**

**13.2. Código da Agência:**

**13.3. Número da conta corrente:**

Valor total do projeto: R\$			
<b>Natureza do recurso:</b>	<b>Custeio (R\$)</b>	<b>Investimento (R\$)</b>	<b>Total (R\$)</b>
Recurso próprio do Município			
Contrapartida da OSC			
			<b>Total</b>

DETALHAMENTO DA DESPESA		
Itens de despesa		Valor Total (\$)
<b>Quant.</b>		
	<b>Total</b>	XX.XXX,XX

João Monlevade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20xx.

\_\_\_\_\_  
**Nome do Presidente**  
 Presidente da (NOME DA OSC)

**Conferido e Aprovado**

João Monlevade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20xx.

**CARIMBO E ASSINATURA DO SECRETÁRIO MUNICIPAL RESPONSÁVEL**

**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2022**  
**CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE JOÃO MONLEVADE**  
**FUNDAÇÃO CASA DE CULTURA DE JOÃO MONLEVADE**

**ANEXO VI**

**DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL**

(Art. 33, V, “C”, §5º da Lei nº 13.019/2014 e Art. 27, §1º do Decreto Municipal 112/2018)

Eu, \_\_\_\_\_, portador da carteira de identidade n.º \_\_\_\_\_ expedida pela \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o n.º \_\_\_\_\_, na qualidade de representante legal da \_\_\_\_\_, **Organização da Sociedade Civil inscrita no CNPJ sob o n.º: \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, João Monlevade/MG – CEP: 35.930-\_\_**, **DECLARO**, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa e nos termos da Lei nº 13.019/2014, art. 33, V, “c” e art. 27, § 1º do Decreto Municipal nº 112/2018, que a referida entidade possui capacidade técnica e operacional e está em pleno e regular funcionamento, cumprindo suas finalidades estatutárias, dispondo de estrutura e recursos necessários para execução do Termo de Colaboração.

João Monlevade, de de 2022.

.....  
**Presidente**



**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2022**  
**CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE JOÃO MONLEVADE**  
**FUNDAÇÃO CASA DE CULTURA DE JOÃO MONLEVADE**

**ANEXO VII**  
**RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA OSC**

Relação nominal atualizada dos dirigentes da OSC, conforme o estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico (se houver), número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF de cada um deles, assinada pelo Presidente da OSC.

NOME DO DIRIGENTE DA OSC	ENDEREÇO	TELEFONE	ENDEREÇO DE CORREIO ELETRÔNICO	CARTEIRA DE IDENTIDADE E C/ÓRGÃO EXPEDIDOR	CPF

João Monlevade, ..... de ..... de 2022.

\_\_\_\_\_  
**Presidente**

**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2022**  
**CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE JOÃO MONLEVADE**  
**FUNDAÇÃO CASA DE CULTURA DE JOÃO MONLEVADE**

**ANEXO VIII**

**DECLARAÇÃO DE NÃO IMPEDIMENTO**

(Art. 39 da Lei nº 13.019/2014 e Art. 27, XI do Decreto Municipal  
112/2018)

Declaro, para fins de habilitação, que a \_\_\_\_\_, **Organização da Sociedade Civil inscrita no CNPJ sob o nº: \_\_\_\_\_, com sede na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, João Monlevade/MG – CEP: 35.930-\_\_** e seus dirigentes, não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei Federal nº 13.019, de 2014 e, portanto:

I – é regularmente constituída;

II – não é omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

III – não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal ou, seus respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

IV – não teve contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos ou, foram sanadas as irregularidades que motivaram a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados ou, foi reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição ou, a apreciação das contas encontra-se pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

V – não há punição vigente de suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração ou, de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

VI – não há punição vigente de suspensão de participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgão ou entidade da administração pública;

VII – não há punição vigente de declaração de inidoneidade para participar de chamamento público e de celebrar parcerias ou contratos com órgãos ou entidades de qualquer esfera de governo;

VIII – não teve contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos;

IX – não tem, entre seus dirigentes, pessoa:

a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 8 (oito) anos;

b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

João Monlevade, ..... de .....de 2022.

---

**Presidente**

**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2022**

**CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE JOÃO MONLEVADE**

**FUNDAÇÃO CASA DE CULTURA DE JOÃO MONLEVADE**

**ANEXO IX**

**MINUTA DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº**

**FUNDAÇÃO CASA DE CULTURA DE JOÃO MONLEVADE DE JOÃO MONLEVADE**, pessoa jurídica de direito público com sede administrativa à Rua Timóteo, nº 172, Carneirinhos, João Monlevade – MG, inscrito no CNPJ sob o nº 18.401.059/0001-57, neste ato representado por sua Diretora, **NADJA LÍRIO FURTADO**, doravante denominado **FUNDAÇÃO CASA DE CULTURA DE JOÃO MONLEVADE** e a (o) \_\_\_\_\_ (organização da sociedade civil), inscrita(o) no CNPJ sob nº. \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, doravante denominada(o) **ORGANIZAÇÃO DASOCIEDADE CIVIL**, representada(o) pelo(a) \_\_\_\_\_ (cargo do representante legal da organização da sociedade civil, seguido da respectiva qualificação), resolvem celebrar o presente termo de COLABORAÇÃO, regendo-se pelo disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014 e pelo Decreto Municipal 112/2018, consoante o processo administrativo de Chamamento Público nº \_\_\_\_\_, baseado no artigo 30, inciso VI da Lei 13.019/2014, e mediante as cláusulas e condições seguintes:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

- 1.1. O presente termo de colaboração, decorrente de do Chamamento Público nº \_\_\_\_\_, tem por objeto \_\_\_\_\_, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I deste Termo de Colaboração.
- 1.2. Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- 1.3. É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:
  - 1.3.1. delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas da FUNDAÇÃO CASA DE CULTURA DE JOÃO MONLEVADE;
  - 1.3.2. prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES**

- 2.1. São obrigações dos Partícipes:
  - 2.1.1. **DA FUNDAÇÃO CASA DE CULTURA DE JOÃO MONLEVADE:**

2.1.1.1. Por meio do gestor da parceria, emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada;

2.1.1.2. realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

2.1.1.3. liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de colaboração;

2.1.1.4. promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

2.1.1.5. na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

2.1.1.6. viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

2.1.1.7. manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;

2.1.1.8. divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

2.1.1.9. instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

## **2.2. Da Organização Da Sociedade Civil:**

2.2.1.1. manter escrituração contábil regular;

2.2.1.2. prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de colaboração;

2.2.1.3. divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

2.2.1.4. manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;

2.2.1.5. dar livre acesso aos servidores municipais responsáveis pelo controle e monitoramento do presente instrumento e dos servidores do controle interno aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

2.2.1.6. responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

2.2.1.7. responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não

implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

2.2.1.8. disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet, caso possua, em sua sede e nos estabelecimentos em que exerça suas ações, em local visível, consulta ao extrato deste TERMO DE COLABORAÇÃO, contendo, no mínimo:

2.2.1.8.1. data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da administração pública responsável;

2.2.1.8.2. nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB;

2.2.1.8.3. descrição do objeto da parceria;

2.2.1.8.4. valor total da parceria e valores liberados;

2.2.1.8.5. situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo;

2.2.1.8.6. quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1. O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Colaboração é de R\$ \_\_\_\_\_ (por extenso).

3.2. A FUNDAÇÃO CASA DE CULTURA DE JOÃO MONLEVADE, através do Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural, transferirá, para execução do presente termo de colaboração, recursos no valor de R\$ \_\_\_\_\_ (por extenso), correndo a despesa à conta da dotação orçamentária:  
.....

### 4. CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1. A FUNDAÇÃO CASA DE CULTURA DE JOÃO MONLEVADE transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2. É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Colaboração, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3. Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de colaboração ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

## 5. CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1. O presente termo de colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

5.2.1. realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

5.2.2. finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

5.2.3. realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

5.2.4. realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

5.2.5. realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e

5.2.6. repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

5.2.7. pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

## 6. CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1. O presente Termo de Colaboração vigorará a partir de sua assinatura, até a data de \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho, produzindo efeitos jurídicos após a sua publicação no diário oficial do Município, que deverá ocorrer até o 5º dia útil do mês subsequente à sua assinatura.

6.2. Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente TERMO DE COLABORAÇÃO.

6.3. Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a FUNDAÇÃO CASA DE CULTURA DE JOÃO MONLEVADE promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de colaboração, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4. Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do TERMO DE COLABORAÇÃO ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1. O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

7.1.1. descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

7.1.2. análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

7.1.3. valores efetivamente transferidos pela administração pública;

7.1.4. análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração;

7.1.5. análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.2. Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a



administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

7.2.1. retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

7.2.2. assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

## 8. CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1. A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, **a exemplo**, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

8.1.1. extrato da conta bancária específica;

8.1.2. notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

8.1.3. comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

8.1.4. material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

8.1.5. relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

8.2. Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

8.3. A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.4. A prestação de contas relativa à execução do Termo de Colaboração dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

8.4.1. relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

8.4.2. relatório de execução financeira do termo de colaboração ou do termo de COLABORAÇÃO, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.5. A Administração Pública Municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

8.5.1. relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

8.5.2. relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração.

8.6. Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

8.6.1. os resultados já alcançados e seus benefícios;

- 8.6.2. os impactos econômicos ou sociais;
- 8.6.3. o grau de satisfação do público-alvo;
- 8.6.4. a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
- 8.7. A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:
- 8.7.1. aprovação da prestação de contas;
- 8.7.2. aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou
- 8.7.3. rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.
- 8.8. Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.
- 8.9. O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.
- 8.10. Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
- 8.11. A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.
- 8.12. O transcurso do prazo definido nos termos do **item 8.11** sem que as contas tenham sido apreciadas:
- 8.12.1. não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
- 8.12.2. nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.
- 8.13. As prestações de contas serão avaliadas:
- 8.13.1. regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

**8.13.2.** regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

**8.13.3.** irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

**8.13.3.1.** omissão no dever de prestar contas;

**8.13.3.2.** descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

**8.13.3.3.** dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

**8.13.3.4.** desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

**8.14.** O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

**8.15.** Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de colaboração e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

**8.16.** Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

## **9. CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES**

**9.1.** A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

**9.2.** Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Colaboração com alteração da natureza do objeto.

**9.3.** As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Jurídica do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

**9.4.** É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Colaboração.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES**

**10.1.** Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da

Rua Timóteo, 172 – Nossa Senhora da Conceição – João Monlevade/ MG – CEP: 35930-039

Fone: (31) 3851-4499 – casadecultura@pmjm.mg.gov.br

Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

10.1.1. advertência;

10.1.2. suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

10.1.3. declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base nos itens 10.1.2 e 10.1.3.

10.2. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.3. Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.4. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1. Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2. Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Colaboração.

11.3. Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4. Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização doadora, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5. Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Colaboração, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1. O presente termo de colaboração poderá ser:

12.1.1. denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60(sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

12.1.2. rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

12.1.2.1. utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

12.1.2.2. inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

12.1.2.3. constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

12.1.2.4. verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

## 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE

13.1. A eficácia do presente Termo de Colaboração ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município.

## 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1. Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

14.1.1. as comunicações relativas a este Termo de Colaboração serão remetidas por correspondência ou eletrônica e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

14.1.2. as mensagens e documentos, resultantes da transmissão eletrônica, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e

14.1.3. as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Colaboração, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

## 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1. Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Colaboração, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de João Monlevade, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado

Rua Timóteo, 172 – Nossa Senhora da Conceição – João Monlevade/ MG – CEP: 35930-039

Fone: (31) 3851-4499 – casadecultura@pmjm.mg.gov.br



em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

João Monlevade, de de 2022.

FUNDAÇÃO CASA DE CULTURA DE JOÃO MONLEVADE

Assinatura do representante legal da Organização da Sociedade Civil